

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de Agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04, 08, 09, 15 e 30/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Gaban, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04, 15 e 30/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Professor Valdeci, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pelo canal Assembleia, quero aqui, neste Pequeno Expediente, fazer uma homenagem ao Ministério da Previdência Social, mais particularmente ao INSS, lendo uma matéria sobre o seu papel na redistribuição de renda entre os municípios financeiramente mais pobres do Brasil.

(Lê) *“Previdência Social redistribui renda entre os municípios brasileiros.*

Macureré, região Nordeste da Bahia. No município de pouco mais de oito mil habitantes, os benefícios pagos pela Previdência Social representaram 36,28% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006. Assim como a pequena cidade baiana, em vários municípios do Brasil os benefícios da Previdência são uma das principais fontes de renda. No grupo dos municípios mais pobres do País, eles representam 17,1% do valor do PIB.

Os dados são de um estudo divulgado na última semana pelo Ministério da Previdência Social. A pesquisa, que introduziu os dados do PIB de 2006 como parâmetro na análise socioeconômica da área, também mostra que os pagamentos resultam na distribuição de renda dos municípios mais ricos para os mais pobres.

As comparações revelaram que, nos 556 municípios mais pobres, a Previdência arrecada somente R\$ 261 milhões, mas paga R\$ 3,8 bilhões em benefícios. Isso significa que são injetados na economia local R\$ 3,6 bilhões, que correspondem a 17,1% do PIB total das cidades, de R\$ 21,1 bilhões. Já nos 556 municípios mais ricos, a arrecadação da Previdência – R\$ 82 bilhões – é maior do que as despesas, que somam R\$ 67 bilhões. A diferença entre a receita e a despesa é de R\$ 15 bilhões, 1,1% do PIB total dessas cidades, que é de R\$ 1,4 trilhão.

O segundo exercício feito pelos técnicos usou a relação entre a população dos municípios, o saldo entre a arrecadação e a despesa da Previdência e o PIB. Nas cidades com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, a diferença entre o valor pago em benefícios (R\$ 11,7 bilhões) e a arrecadação da Previdência (3,1 bilhões) é de R\$ 8,6 bilhões, 6,9% do PIB total.

Segundo o ministro da Previdência Social, José Pimentel, no Brasil, para cada real que o município recebe do FPM, a Previdência repassa cerca de R\$ 4,5.

Ainda segundo os técnicos que realizaram o estudo, os mecanismos de proteção social gerados pela Previdência têm grande impacto sobre o nível de pobreza. Segundo a pesquisa, se não houvesse transferências previdenciárias, a pobreza no Nordeste por exemplo, seria 13,3% maior. Já a média do impacto negativo para todo o País seria de 12%.”

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de ler esta matéria que saiu no Jornal do Brasil, no dia 14 de agosto, para contrapor ou dar um exemplo da importância do projeto de desenvolvimento econômico do governo Lula em que pensou a Previdência Social de maneira a olhar as pessoas economicamente em situação de maior risco.

Então é o Estado fazendo o seu papel, opondo-se à política neoliberal, e o

governo Lula mostrando nesses dados da Previdência a importância do Ministério da Previdência Social para diminuir a exclusão social no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero neste instante agradecer ao *site Política Livre*, desde quando na semana passada saiu uma matéria dizendo que eu tinha problemas com o Tribunal de Contas da União.

Quero responder aos arapongas de plantão que sou um homem que tem uma história de serviços prestados à Bahia, sem nenhuma mácula. Está aqui a resposta do Tribunal de Contas da União. Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares.

(Lê) *“O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, até a presente data, NÃO CONSTA em nome do(a) requerente acima identificado(a), registro de tomada de Contas Especial, Prestação de Contas ou Tomada de Contas julgadas irregulares.”*

A quem interessar possa, pode acessar o nosso *site*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o jornal *A Tarde* de ontem coloca uma matéria na qual diz que (Lê) *“o Governo do Estado deu mais um calote, sendo que desta vez desviou recursos do FUNDEB. Segundo a reportagem e declarações do Exmo. Sr. Presidente da UPB, Roberto Maia, a Secretaria da Fazenda deixou de repassar recursos da ordem de R\$ 72,5 milhões que seriam destinados aos municípios e que deveriam ser aplicados na área de Educação,”* deputado Paulo Azi.

(Lê) *“Segundo declarações da Secretaria da Fazenda, existe uma medida cautelar do Supremo Tribunal Federal, que autoriza o Estado deixar de repassar o montante de R\$ 72,5 milhões, do FUNDEB, tal decisão dando permissão do Estado 'excluir da base de cálculo os valores designados do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.'*

Apesar destas explicações, Sr. Presidente, tanto o presidente da UPB como do Conselho Estadual do FUNDEB contestam e exigem mais esclarecimentos sobre o assunto. Os recursos não foram liberados para os municípios através do FUNDEB para serem utilizados no Fundo de Erradicação e Combate a Pobreza.

Pelo relatório prévio das Contas do Governo de 2008, segundo declarou nesta Casa o Relator das Contas, Conselheiro Pedro Lino, o Fundo da Pobreza encerrou o exercício com uma disponibilidade financeira em torno de R\$ 200,0 milhões. Pelo mesmo relatório, a execução das metas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza atingiram o percentual de 58%, apesar de ter recursos orçamentários e financeiros disponíveis. Isto significa que o Governo deixou de liberar os recursos para os municípios aplicarem em educação, mas também não os aplicou no Combate a Pobreza, pelo menos totalmente. E segundo o próprio Governo são áreas prioritárias.”

Hoje, no jornal *A Tarde*, escrito pela jornalista Lília de Souza: (Lê): *“A*

presidente do Conselho Estadual do Fundeb, Josefa Borges, espera que a Secretaria da Fazenda (Sefaz) apresente, em reunião marcada para esta quarta-feira, “um esclarecimento plausível” sobre o não-repasse de R\$ 72,5 milhões do fundo para educação na Bahia, entre os anos de 2007 e 2008.”

Sr. Presidente, esse é mais um calote do governo Jaques Wagner na educação. Talvez não tenha sido o Chico Bento que tenha demitido o secretário da Educação, pode ter sido esse dado fornecido pelo jornal *A Tarde*, em matéria de ontem. Mais uma coisa que esse governo faz com a educação da Bahia, que está um caos. Não há professor, não contratam professores, não há responsáveis pela limpeza dos colégios, enfim, não sei se o atual secretário vai ter tempo de administrar a secretaria e tirá-la do caos, reconhecido por esse governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero pedir ao deputado Euclides Fernandes para registrar as presenças do vereador Euclides Júnior, do PDT de Jequié; do diretor do jornal de Jequié, Antônio Júnior; do diretor da 93 FM, Taboca, e do jornalista Wellington, também da 93 FM. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria inicialmente pedir para inserir nos Anais desta Casa um artigo do jornalista Bernardo Joffily, publicado no *Portal Vermelho*, do PCdoB, cujo site é www.vermelho.org. A matéria desse jornalista começa com o título (Lê) “ *Médici e Nixon planejavam derrubar Allende e Fidel. O presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, (1913-1994) e o general de turno na ditadura brasileira, Emílio Garrastazu Médici, (1905-1985), conspiraram juntos na Casa Branca, em dezembro de 1971, pela derrubada do socialismo em Cuba e no Chile de Allende. O relato do encontro está no arquivo secreto da Casa Branca, agora desclassificado. O comportamento de Garrastazu adapta-se perfeitamente ao qualificativo: capacho do imperialismo americano.*”

Acho importante inserir esse artigo nos Anais da Casa.

Na semana passada, especificamente na última quarta-feira, estive reunido com o ministro das Comunicações, Hélio Rocha, e também com o deputado Daniel Almeida. Lá estivemos discutindo , entre outras questões, duas que considero fundamentais. Uma diz respeito à tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis. Essa é uma luta antiga dos trabalhadores não apenas do Estado da Bahia mas do Brasil inteiro. Eu próprio apresentei um projeto, na legislatura passada, ingressamos através do Iapaz com uma ação na Justiça, fizemos um abaixo-assinado que contou com 115 mil assinaturas, coletadas em todos os bairros de Salvador, e tivemos uma audiência antes. Inclusive entregamos esse abaixo-assinado ao ministro das Comunicações.

O projeto de lei foi rejeitado na legislatura passada. Nós o reapresentamos nessa legislatura e esperamos que seja aprovado o mais rápido possível. Então, o tema foi esse, e o outro foi com relação à luta pela universalização do acesso a

Internet. Iniciamos aqui uma campanha contra os preços abusivos cobrados pela Empresa Oi pelos serviços oferecidos para o acesso a Internet banda larga, serviço Velox. E quando começamos a campanha no Estado da Bahia, o preço para o acesso à Internet, à velocidade de 1 mb, era 159 reais, enquanto que no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte esse preço era de 34 reais também com uma velocidade de 1 mb.

Começamos a nossa luta com uma ação na justiça, com um projeto de lei e com um abaixo-assinado digital. Levamos para o ministro esse abaixo-assinado com 39 mil e 300 assinaturas e colocamos a nossa luta aqui no Estado da Bahia.

É importante ressaltar que essa luta já está dando resultado, porque se quando começamos com ela o acesso à Internet custava 159 reais a uma velocidade de 1 mb, hoje já podemos constatar no site da Oi o acesso da Internet na Bahia a uma velocidade de 2 mb, ao preço de 64 reais, que é o mesmo preço do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Portanto, a ação que ganhamos na justiça vem dando resultado. A audiência que tivemos com o ministro Hélio Costa foi uma audiência importante, e o ministro também participa dessa luta, desse processo.

Meu tempo terminou, não vai dar para falar sobre esse assunto neste momento, mas voltarei em outra oportunidade para esclarecer melhor sobre essas duas lutas que estamos travando.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados. Sr. Presidente, a Bahia assiste há uma semana a uma verdadeira carnificina que este governo produz na única e exclusiva tentativa de atrair partidos políticos para a reeleição do governador Jaques Wagner.

Há uma semana, Sr. Presidente, três importantes secretarias do nosso Estado estão acéfalas, porque o atual governo resolveu abrir verdadeiro balcão de negócios, e aí, Sr. Presidente, não se observa na escolha dos futuros secretários, e aqui não quero fazer juízo de valor, com relação aos que serão indicados, nenhuma preocupação com a competência, com a qualificação profissional, com o preparo. E o que se vê, Sr. Presidente, é mais uma vez esse governo, que dizia que este seria o ano da gestão, abandonar toda e qualquer preocupação com a área administrativa do Estado e se utilizar dos cargos públicos pensando unicamente no projeto de reeleição do governador. Projeto esse, Srs. Deputados, que a cada dia se torna mais difícil, distante, porque a população da Bahia, definitivamente, sente-se enganada, decepcionada com o governo que mentiu aos baianos, que não honra os seus compromissos assumidos em praça pública, que só pensa unicamente no projeto de Poder.

Na última semana, deputado Gilberto Brito, o “*Vox Populi*” publicou uma pesquisa de opinião onde o governador Paulo Souto já ultrapassa o atual governador Jaques Wagner e alcança o percentual de 37%, enquanto o atual governador chega a

36% e o ministro Geddel a 13%.

Deputado Heraldo Rocha, esse mesmo instituto “*Vox Populi*”, realizou uma pesquisa em maio deste ano, portanto, há três meses, e o presidente do PT, Jonas Paulo, se encarregou de divulgar os números dessa pesquisa do “*Vox Populi*”. Segundo ele, há três meses, deputado Gilberto Brito, o governador Wagner variava entre 39% a 43%, no cenário com duas candidaturas o candidato do DEM chega próximo a 30%, em outros cenários fica um pouco acima de 20% e o governador Jaques Wagner alcança 43% e o ministro Geddel não alcança os dois dígitos.

Pois bem, três meses depois, para concluir, Sr. Presidente, deputado Waldenor, o candidato de V. Ex^a estava com 43% e caiu para 36%, o ex-governador Paulo Souto estava com 30% e chega a 37%, e o ministro Geddel, que não tinha dois dígitos, alcança 13%.

Esse é o cenário, é por isso, talvez, que esse governo se sinta tão desesperado, se sinta tão acuado e promova, nesse instante, um verdadeiro balcão de negócios, aonde não se observa os princípios da competência e da qualificação profissional.

É lamentável, é uma pena que mais uma vez esse governo não se preocupe com a administração pública, com a gestão e tenha como único projeto o projeto de se manter no poder, mas não um projeto que beneficie o povo da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira. (Pausa). Com a desistência, com a palavra o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Prezadas deputadas Marizete, Virgínia e Antônia Pedrosa, presidente Júnior Magalhães, Srs. Deputados, na última quinta-feira, à noite, assistindo a um determinado noticiário da televisão, tive o prazer de me deparar com uma notícia de uma evolução tecnológica muito consequente para a segurança pública. Foi mostrada, naquela oportunidade, uma iniciativa, ainda em fase experimental, da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, que estaria testando um equipamento popularmente chamado de autodetector, de fabricação italiana e que já está sendo utilizado em diversos países da Europa e também nos Estados Unidos.

Esse equipamento é instalado em uma viatura ou mesmo em um ponto fixo de uma rodovia ou de qualquer via pública, com três câmeras altamente potentes, e tem na sua retaguarda a possibilidade de um acervo enorme de informações. À proporção que o veículo vai andando, ou mesmo num ponto fixo onde esteja funcionando esse equipamento, todos os veículos que passam ao alcance das três câmeras são automaticamente registrados. De pronto vem uma informação se aquele veículo tem ou não alguma restrição com relação a furto, a roubo ou mesmo dívida com o IPVA. O equipamento, pela sua sofisticação e pelo seu alcance, podendo, inclusive, ser um grande instrumento de eficácia para o combate ao crime organizado, tem um custo de R\$ 22 mil.

Deparei-me com a situação, pesquisei na internet, e no dia seguinte, na sexta-feira pela manhã, entrei em contato com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, como faço diante de todos os casos e de todos os pontos que entendo sejam convenientes e próprios para o bem público, e de lá recebi as informações próprias, todas elas enaltecendo e revelando a eficácia do equipamento.

A exemplo de ilustração, ou melhor dizendo, a título de ilustração, esse equipamento foi utilizado em uma viatura que circundou um bairro próximo à Secretaria de Segurança de Goiás, e dentro de 30 minutos detectou-se que 30 veículos que foram fotografados e registrados estavam com o IPVA em atraso. Então, se tal acontece em 30 minutos de uma abordagem meramente casual, detectando-se tanta irregularidade, estendendo-se a inúmeros veículos em diversificados pontos e instalando-se, deputada Antônia Pedrosa, alguns equipamentos desses em viaturas, por certo nós teremos mais um instrumento de prevenir e combater o crime.

Com base na informação, protocolei, ainda na sexta-feira, uma indicação ao Sr. Secretário César Nunes, da Segurança Pública, indicação que recebeu o número 17.343, mantive o contato por telefone com o secretário, que achou extremamente louvável a iniciativa do governo de Goiás e, por certo, a Bahia haverá também de adotar ou de chamar para si a possibilidade desse avanço.

Então, acho que com isso nós estamos exercitando uma atividade própria do Parlamento, qual seja de pensar ou copiar e buscar coisas que sejam úteis ao bem do desenvolvimento, da paz social, ao bem do funcionamento da máquina pública, pois dessa forma fazendo nós estamos exercitando o real dever do Parlamento.

Há cinco anos me deparei com uma situação similar, qual seja da criação da delegacia digital, que era instalada somente em São Paulo e hoje, por uma indicação nossa, já temos instalada em Salvador.

Quando nós fizemos a indicação da delegacia digital para a Bahia, em São Paulo, deputada Antônia, somente no ano de 2005, a delegacia digital registrou 250 mil casos do interesse da polícia, o que, certamente, viabiliza a presteza, dá conforto e economia às pessoas que dependem de uma demanda policial.

Então, Sr. Presidente, deputado Júnior Magalhães, eu quero aqui deixar, mais uma vez, consignado e registrada essa nossa tentativa de carrear algo para o bem e a garantia da segurança pública, em se falando sobre o equipamento do autodetector, que foi objeto de alguma matéria, por algum tempo, de uma determinada rede de televisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para render uma homenagem a minha terra natal, Caculé, que, sexta-feira, 14, comemorou, celebrou 90 anos de emancipação política.

Como cidadão caculeense, com muito orgulho, catingueiro daquelas terras da

Serra Geral da Bahia, quero dar os meus parabéns à população da minha terra e estendê-los às autoridades constituídas, saudar os meus companheiros do Partido dos Trabalhadores daquele município, especialmente Aníbal, Walter e Noé e dizer do orgulho que sinto em ser filho daquela cidade, daquele município, um dos mais prósperos da região da Serra Geral da Bahia, onde vivi até os 14 anos, tendo participado ativamente das atividades da cidade como estudante do Colégio Estadual Norberto Fernandes.

Por isso, no dia 14, quando se comemorou a data de emancipação política, os 90 anos de emancipação política de Caculé, encaminhei à Mesa Diretora desta Casa uma moção de aplausos aos caculeenses por uma data tão significativa e tão importante.

Portanto, Sr. Presidente, quero render as minhas homenagens a todos os meus conterrâneos, especialmente àqueles amigos que participaram comigo de uma longa jornada na escola primária e também no ginásio. E é com muita satisfação que rendo essa homenagem e destaco o aniversário de emancipação política desse município que, sem dúvida nenhuma, vem experimentando progresso, crescimento, desenvolvimento ao longo dos anos, e que tenho a honra, o orgulho de representar nesta Casa Legislativa como seu filho.

Quero destacar também as comemorações em homenagem à padroeira de Vitória da Conquista, minha segunda terra natal, Nossa Senhora das Vitórias. Aliás, já fui condecorado pela Câmara Municipal como cidadão conquistense, pois lá habito desde 1969. Dessa feita, a festa de Nossa Senhora das Vitórias ocorreu com missa solene, no ginásio de esportes daquela cidade, com a participação de aproximadamente 8.000 pessoas, celebrada pelo arcebispo diocesano Dom Luiz Pepeu, com a colaboração de muitos padres, diáconos, ministros da Eucaristia de toda a região Sudoeste da Bahia. Enfim, foi uma festa religiosa belíssima, que é realizada todos os anos e que, neste ano, comemorou o Jubileu de Ouro da Diocese de Vitória da Conquista, que, com 50 anos de atuação, não só presta relevantes serviços à evangelização da população regional mas também desenvolve ações sociais que têm ajudado tanto Vitória da Conquista quanto o desenvolvimento da região.

Portanto, nesta tarde faço estes dois registros que considero importantes: a emancipação política do município de Caculé, que completou 90 anos de emancipação política, e a festa em homenagem à padroeira de Vitória da Conquista, nossa Senhora da Vitória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, nesta Bahia de Mangabeira, deputado Luiz de Deus, pensar num absurdo, já existe um precedente aqui. Não sei se as novas articulações políticas do governo são dignas de riso ou de pena.

É a primeira vez que assistimos a um governador querer obrigar uma pessoa a ser secretário. Ser secretário era motivo de orgulho, poder servir ao Estado como secretário de Estado. É um vácuo de poder no rastro da saída do PMDB do governo Wagner, e querem obrigar o deputado Severiano Alves a ser secretário de Estado. Onde já se viu dizer isso? E o deputado não quer. Ele anda, visita muito o Estado e está vendo a situação que a imprensa está apresentando. Depois de muita negociação, o envolvimento direto do Ministro Luppi para que pudesse compor o PDT com o governo Wagner, querem agora obrigar Severiano a ser secretário. Deputado, diga-se de passagem, dinâmico, trabalhador e tem uma base sólida porque anda muito, visita o interior do Estado, sabe que este governo já naufragou. Eles estão numa nau furada e querem que o deputado entre junto para perder também o mandato. Ele não aceitou e voltou à estaca zero a negociação com o partido.

Quero assinalar este absurdo, deputado Luiz de Deus. É a primeira vez que vejo isto, querem obrigar alguém a ocupar uma secretaria de Estado. Acertou com o PDT, mas tem que ser ele, tem que ser Severiano o secretário, e o deputado já disse que não aceita, é o que a imprensa inteira diz. Mostra que o governo faz política espúria, do fisiologismo, da troca de cargo por apoio político sem analisar se no primeiro escalão vai botar os melhores, aqueles que vão qualificar a administração pública. É por isso que as pesquisas de opinião mostram o governador de Pernambuco com 70% da intenção de votos e o da Bahia despencando.

O deputado Paulo Azi chamou a atenção para uma coisa simples, deputado Heraldo Rocha: pesquisa do Instituto Vox Populi do mês de maio trazida à imprensa, informado pelo presidente do PT, Jonas Paulo, mostrava o governador Wagner com 43% de intenção de votos e o governador Paulo Souto com 30%. Hoje, o Vox Populi contratado pela rede Bandeirantes mostra 37 a 36%, e está errado, deputado Luiz de Deus. O governador Paulo Souto tem mais de 10 pontos na frente.

Hoje, recebi um caderno de pesquisa da Farani Consultoria, é um instituto de conceito, tanto o é que faz publicação mês a mês. Tive a curiosidade de olhar os percentuais e o eleitorado de cada município, nove municípios, transformar em voto e somar para ver quanto dava. E chegou-se ao seguinte: Paulo Souto, 41%, Wagner, 33% e o Ministro Geddel 14.9%. Subiram dentro da margem de erro percentual nessa pesquisa Vox Populi. O governador Wagner só tem 33 para 37 e reduziram o governador Paulo Souto de 41 para 37.

Isso demonstra que quem está em pleno governo gastando 130 milhões com propaganda, e os índices de aprovação do governo despencam, está com a eleição perdida. Mas é fruto disso, não é o candidato da Oposição que faz crescer, não tem mídia. Quando os candidatos da Oposição, somados, ultrapassam a faixa de 60% é porque o governo é muito ruim e é mal avaliado justamente por esse tipo de política privilegiada em detrimento da administração; não procura cercar-se dos melhores. Foi assim, deputado Heraldo Rocha, que o senador Antonio Carlos quando pegou o Estado procurou escolher os melhores, formar líderes. O resultado desse governo agora: a prática do nepotismo, do fisiologismo e está aí o resultado, querer obrigar o deputado Severiano a ser secretário, nunca ouvi falar disso, só na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira do Partido dos Trabalhadores pelo tempo de 25 minutos.

Na desistência, Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou Representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da Radio Oposição, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, o jornal *A Tarde* de sábado, numa matéria muito bem escrita pelo jornalista Tiago Talento, faz uma denúncia gravíssima a respeito de uma ONG chamada Instituto Brasil Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Só por esse nome nós devemos saber que é uma caixa preta.

O Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Paolo Marconi, faz uma série de denúncias em vários municípios. O Tribunal de Contas dos Municípios condenou a prefeitura de Madre de Deus, a Sr^a Eranita de Brito Oliveira a devolver 960 mil reais, supostamente gastos num desses acordos firmados em setembro de 2006, com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OCIP. O Instituto vem atuando como intermediário na captação de recursos públicos, e no caso de Madre de Deus não apresentou comprovantes do trabalho. Essa denúncia foi formulada, é bom que se frise, pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

No seu voto de condenação, o conselheiro Paolo Marconi afirma que a OCIP recebeu dinheiro para um projeto de implementação de ações transformadoras sócios sanitárias (nome que nunca ouvi) ambientais, com a participação dos moradores da área municipal, além da capacidade da comunidade, para serem multiplicadores dessas ações, e não teria realizado o serviço. É o parecer do conselheiro Paolo Marconi. Pelo menos foi o que constataram os três técnicos enviados in loco pelo Tribunal e para investigar o caso. Não encontraram nenhum comprovante de que alguma coisa foi efetivada com os R\$ 960 mil pagos. A exemplo dos auditores do Tribunal de Contas, a reportagem não conseguiu localizar em Madre de Deus algum

morador beneficiado com o projeto.

No mesmo voto, Marconi salientou que o mesmo Instituto Brasil já havia firmado convênios de características semelhantes ao de Madre de Deus com as prefeituras de Lauro de Freitas (R\$ 1.107.047,41), Paulo Afonso (R\$ 15.162.297,32) e Camaçari (R\$ 393.750) que deixaram de encaminhar as prestações de contas dos recursos repassados à Oscip nos exercícios de 2006 e 2007. Isso fez com que o mesmo TCM tivesse aprovado as contas dessas prefeituras com as ressalvas de que os gestores deveriam, num prazo estabelecido, encaminhar as respectivas prestações de contas, o que não foi feito até o momento...

Outro item que nos chamou a atenção na matéria tão bem escrita pelo jornalista Biaggio Talento, de A Tarde, chamou a atenção também do “(...) conselheiro Marconi foi o fato da Oscip ter um capital social muito reduzido, R\$ 20 mil, para os valores dos convênios que tem assinado. A lei prevê que a Oscip precisa garantir uma contrapartida de 10% do valor dos convênios firmados com agentes públicos.

No caso de Madre de Deus, deveria ter entrado em R\$ 96 mil, em Lauro de Freitas com R\$ 110 mil, em Paulo Afonso com R\$ 1,5 milhão e em Camaçari com R\$ 39 mil. O Instituto Brasil, de capital social de R\$ 20 mil, precisaria, no mínimo, de R\$ 1,745 milhão para firmar os quatro convênios.

Ministério Público - O relatório do TCM sobre Madre de Deus foi enviado para o Ministério Público Estadual, mas até a sexta-feira não havia sido sorteado para um dos procuradores do Grupo Especial de Moralidade Administrativa (Gepam), que investiga esses tipos de casos.

Uma das integrantes do Gepam, a procuradora Heliete Vianna, que atuou no inquérito sobre a utilização de organizações não-governamentais ligadas ao PT no direcionamento dos patrocínios juninos da Petrobras, não quis adiantar opinião antes de examinar a documentação do TCM.

No entanto, achou estranho a prefeitura ter dispensado licitação para firmar a parceria com Oscip. 'Existem situações bem específicas para a dispensa de licitação, como situação de emergência e é isso que vamos investigar e ver as razões apresentadas pela prefeitura'', disse a procuradora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a diretora-presidente do Instituto Brasil, Dalva Sele Paiva, defende-se das acusações afirmando ter relatórios que comprovam a realização de todos os objetos dos contratos: *“No caso de Madre de Deus a prestação de contas está lá, nos nossos arquivos, para qualquer um ver. Mas, se a prefeitura não encaminhou, não é conosco, defende-se.”*

Ao tentar explicar as razões de o TCM não ter encontrado vestígios, a Sr^a Dalva tem uma tese que é uma pérola: *“Como é que um ano depois ou dois vai verificar o que fizemos?”* Essa foi a resposta da Sr^a Presidente do Instituto Brasil.

Sr. Presidente, a Bancada da Oposição estará entrando com uma representação no Tribunal de Contas dos Municípios para investigar todos os convênios realizados pelo Estado, sejam eles com prefeituras ou outros órgãos. Já temos informação de que a Sedur fez um convênio de 17 milhões de reais com esse instituto. Então que seja investigado.

Gostaria de dizer que a nossa assessoria jurídica já está preparando uma matéria sobre este assunto para que possamos apurar se existem ou não problemas com o Instituto Brasil e os demais parceiros da sua empreitada.

Mito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto aqui a falar sobre a audiência que tive com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, semana passada. Então me referi daqui desta tribuna a duas questões básicas, duas lutas históricas que estamos travando no nosso Estado e são o anseio de toda a população.

A primeira é a luta contra a chamada tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis, que considero um assalto contra a população. E a outra é a luta pelo acesso à Internet a preços acessíveis. Sempre tenho colocado que hoje o direito ao telefone e o direito de acesso à Internet precisam ser universalizados. Telefonia e acesso à Internet deixaram de ser luxo, passaram a ser uma necessidade da nossa sociedade.

Nós temos travado estas lutas na Assembleia. Na luta contra as tarifas públicas, houve assinaturas em três frentes: uma aqui no Parlamento, através de um projeto de lei. A outra através da mobilização de massas, que nos fez coletar no passado 115 mil assinaturas em todos os bairros de Salvador. E a terceira é uma frente jurídica, na qual nós inicialmente também ganhamos a questão, que continua tramitando na Justiça.

Mais uma frente, outra reivindicação, outra campanha que desenvolvemos é a pelo acesso à internet, pela universalização desses serviços.

Iniciamos aqui uma campanha há algum tempo contra os preços abusivos cobrados pela empresa Oi para acesso à internet banda larga, serviço Velox. Quando começamos a campanha aqui, o preço, o custo para acesso à internet banda larga, a uma velocidade de 1 *megabyte* era de R\$ 159,00. Enquanto isso, no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o preço era de R\$ 34,00. Fizemos uma campanha, ingressamos com uma ação na Justiça, fizemos um abaixo-assinado digital e apresentamos aqui um projeto de lei, com uma sustentação no seguinte sentido, respaldado, inclusive com parecer técnico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Crea, de que não tinha sentido a cobrança diferenciada, tendo em vista que os serviços eram os mesmos e a estrutura física era a mesma.

A nossa luta é para que se cobrem preços acessíveis, é para que em todos os bairros de Salvador haja o serviço de banda larga. E a nossa luta é para que todo o Estado da Bahia tenha também esse serviço.

Fomos a Brasília levar essa nossa luta ao ministro das Comunicações. Ele nos

recebeu bem. Diga-se de passagem, o ministro Hélio Costa sempre defendeu o fim da tarifa-assinatura. O ministro Hélio Costa sempre defendeu a universalização dos serviços de acesso à internet, apoiou e apoia a nossa luta.

Nossa luta vem dando resultados positivos. Para se ter uma ideia, o custo para acesso à internet banda larga, a uma velocidade de 2 *megabytes* aqui no Estado da Bahia, é de R\$ 64, igual ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Portanto, de R\$ 159,00, hoje, os preços baixaram para R\$ 64,00 e a velocidade dobrou. Essa nossa luta não foi em vão e não está sendo em vão. Mas é preciso também aprovar aqui, nobre deputado Waldenor Pereira, nobre deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição, esses dois projetos.

Eu considero que a Assembleia Legislativa tem competência para isso, porque diz respeito à defesa do consumidor. E a defesa do consumidor é matéria concorrente com a Câmara dos Deputados, portanto, a Assembleia Legislativa tem o dever, a obrigação de aprovar esse projeto. Se as empresas de telefonia acharem que está errado, aí é problema das empresas de telefonia, não nosso. Aqui a nossa obrigação é defender os interesses da sociedade e das empresas de telefonia que reclamem. Vão reclamar a quem achar de direito reclamar. Mas temos que cumprir a nossa obrigação aprovando esses dois projetos aqui, porque são projetos que beneficiam a população.

Sabemos que essa luta não é fácil, porque nacionalmente as empresas de telefonia, nobres deputados Javier, Bira e Isaac, arrecadam com a tarifa-assinatura por mês R\$ 1 bilhão e 400 milhões. Na Bahia, aproximadamente, R\$ 60 milhões. Sabemos que não é uma luta fácil, é uma luta contra poderosos. Estamos aqui para defender os interesses da população e para lutar contra a desigualdade social, para lutar com justiça. Por isso, nós precisamos cumprir com o nosso papel aqui, aprovando esses dois projetos.

O deputado Luiz de Deus é o relator do Projeto da Tarifa-Assinatura. Diga-se de passagem, na legislatura passada, eu quero aqui, mais uma vez, elogiar o deputado Luiz de Deus que deu parecer favorável e, naturalmente, mantém a mesma posição.

Portanto, queremos ver aqui aprovado esse projeto, e as empresas de telefonia que reclamem; problema delas. Mas nós temos que beneficiar a população.

Esse é o nosso desafio: cumprir com o nosso dever, com a nossa obrigação e aprovar proposições em benefício da população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao nobre líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara por 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da nossa TV, em 1º de janeiro deste ano tomou posse na prefeitura de Juazeiro Isaac Carvalho, numa coligação com o nosso Partido, o PR, e também o PP, que fez parte dessa

coligação, e o PSDB. Chapa encabeçada pelo PCdoB.

Isaac Carvalho é um empresário bem sucedido, do setor de agronegócio, homem oriundo do campo, pequeno agricultor, e hoje é o prefeito de Juazeiro.

Jovem, pouco mais de 30 anos, empreendedor, e hoje, se houver uma avaliação dos prefeitos da Bahia, não tenho nenhuma dúvida de que ele é o melhor prefeito, *data vênia* os prefeitos de outros Municípios, mas não tenho nenhuma dúvida.

Cumpriu todos os seus acordos de campanha; montou uma equipe técnica e política; em cada área que necessitava de um técnico, tem um técnico; a área que precisava de articulação de ordem política, tem uma pessoa com experiência política; montou sua equipe, equipe coesa, preparada, mesclada de jovens e pessoas com mais experiência e, com sete meses de governo, já desponta uma administração que cumpre e paga em dia.

Pagou, inclusive, milhões e milhões de débitos de prefeitos anteriores principalmente com a saúde; organizou as finanças da prefeitura; só comprou o que podia pagar nesse período e, no dia 12 agora, lança o programa Prefeitura nas Comunidades, onde divide a cidade em 13 regiões e o Município, o interior, em 13 regiões para discutir os investimentos com a participação efetiva da sociedade.

Com o acordo e o apoio do governo federal, articulado por 3 deputados federais que estiveram em seu palanque; deputado Daniel Almeida, do PCdoB; deputado José Carlos Araújo, do nosso Partido; e o deputado João Almeida, do PSDB, conseguiu recursos em uma ação efetiva do governo federal.

Nós tínhamos um problema humilhante, problema esse que eu trouxe aqui para esta Casa, que eu batizei, inclusive, de Ponte Picolé. As empresas já assinaram o contrato, a ordem de serviço foi dada, e vamos, realmente, duplicar a ponte de Juazeiro.

O acesso a essa ponte, que estava projetado, outra coisa humilhante, o prefeito não aceitou, e foi a Brasília. O Ministério do Transporte dizia que não aceitava porque não poderíamos ter um acesso a uma ponte com o tráfego que tem a Ponte Presidente Dutra, com os acessos muito aquém da demanda e da necessidade dos veículos que ali trafegam.

O projeto está ficando pronto para ser licitado até 20 de setembro, já com as verbas garantidas para iniciar 5 viadutos de acesso à Ponte Presidente Dutra dentro de Juazeiro, com recursos já alocados na ordem de 30 milhões para a primeira etapa.

Foi lançada recentemente, na semana passada, em Juazeiro, a ordem de serviço. Não é o protocolo de intenção, e sim a ordem de serviço! Os deputados do PCdoB, Javier Alfaya e Álvaro Gomes devem se orgulhar desse prefeito de Juazeiro.

Teremos um investimento de R\$ 100 milhões para a construção de 2.500 casas, as empresas, inclusive, já estão montando os canteiros de obra, para iniciá-la. Não há aquela enrolação de protocolo de intenção e não sei mais o quê, porque o prefeito tem que trabalhar dessa maneira, ou seja, só anuncia para a população a ordem de serviço. Elaboração de projeto e etc não é da minha seara.

Esse fim de semana ele reviveu no interior, deputado Javier, e é importante que V. Ex^a esteja presente na próxima, porque V. Ex^a contribuiu muito para a vitória de

Juazeiro, e nos momentos decisivos. Sei que o tempo de V. Ex^a é curto em razão das suas atribuições de deputado e que há muitos municípios para dar atenção. Juazeiro agradece a ação, não só na campanha, mas também o apoio de V. Ex^a ao prefeito de Juazeiro. Agradeço em nome do povo de lá, que será sempre grato a V. Ex^a, não tenho dúvida disso.

O Sr. Javier Alfaya:- Muito obrigado, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Trouxe a vida o que já estava morto há 6 anos, e Juazeiro, hoje, é o maior produtor de caprinos do Brasil, e o 9º maior produtor de ovinos. Já fizemos duas grandes feiras nos distritos, uma em Pinhões e agora em Maçaroca, um dos distritos mais antigos de Juazeiro que fica na BR-407.

Foi um espetáculo! Tivemos o financiamento do Banco do Brasil, coisa que não acontecia, os municípios localizados no entorno de Juazeiro, Curaçá, Bonfim, Uauá e Jaguarari, marcaram presença maciça na feira, que foi um sucesso. Feira essa coordenada pelo prefeito Isaac Carvalho, através da Secretaria de Agricultura, cujo secretário é Dr. Jairton Fraga, e contou com o apoio da EBDA e da ADAB, Órgãos do governo que estavam presentes, e sempre estão presentes, e do Banco do Brasil, financiando o rebanho de caprinocultura do nosso município.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é um orgulho fazer parte deste governo que, neste momento, está na Sudesb assinando convênios importantes para a construção de quadras poliesportivas cobertas e ações para o esporte amador de Juazeiro.

O município, enfim, entrou no caminho certo. A mudança que o povo clamava aconteceu em Juazeiro e nós, na condição de representantes daquele município já há 6 mandatos nesta casa, tivemos a sensibilidade de detectar esse novo momento de Juazeiro para dar apoio, inclusive contribuindo na chapa majoritária com a indicação do nome da Dona Maria Gorete Alcântara para ser a vice-prefeita, que já havia sido em governos anteriores. Assim, fizemos uma composição de ordem política muito benéfica para Juazeiro. A cidade ganhou pela fidelidade dos entendimentos políticos, pela administração moderna, de pé no chão e voltada para a sociedade.

No próximo final de semana iremos aos grandes distritos de Juazeiro - principalmente da sua força econômica, da geração de emprego, que são os projetos de irrigação de Juazeiro - e buscaremos soluções para os seus problemas junto ao governo do Estado e ao governo federal.

Diga-se de passagem, já estão sendo implantados mais 5 mil hectares na região de Juazeiro, o que fortalecerá a nossa economia, principalmente na geração de emprego, irrigando a economia do nosso município.

Digo mais, desses R\$ 100 milhões de recursos da Caixa Econômica Federal que serão investidos, com a contrapartida do Estado e do município, já há previsão no contrato com as empresas da inclusão do cimento até a mão de obra. Todos os recursos movimentarão a economia de Juazeiro e região.

Portanto, Sr. Presidente, eu não acredito, como ouvi a pouco, que no dia 17 de agosto já teremos um governador eleito na Bahia. Eu não posso acreditar, porque ainda estamos no início desse processo, que se desencadeou muito cedo aqui na

Bahia, diferentemente de outros Estados. Já temos campanhas nas ruas, e os candidatos já estão fazendo campanha no interior. Nunca vi isso! É até bom que eles vejam a situação dos municípios. Tenho gritado tanto aqui nesta Casa para alertar sobre o sofrimento do povo do meu querido interior, principalmente da região de Juazeiro.

Assim, Sr. Presidente, muitas águas ainda irão rolar. Com a experiência que tenho não vou acreditar, como alguns que vem aqui dizer, que no dia 17 de agosto, deputado Isaac, já teremos um governador da Bahia eleito. É impossível, nem com uma bola de cristal do tamanho do sol.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da imprensa que nos acompanham nesta tarde, estou convocando para, amanhã à tarde, às 15 horas, no saguão contíguo ao nosso Plenário, uma manifestação, com apoio do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculo e Diversão – SATED da Bahia; do Sindicato dos Músicos; do Circo Picolino; da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia; da Escola de Belas Artes da Universidade Federal e de vários grupos de capoeiras, destacadamente o Grupo Cultural de Capoeira Mangangá, deputado Isaac, para iniciarmos, em nosso Estado, a campanha pela aprovação da emenda constitucional, aqui na Bahia, assim como a emenda constitucional, em âmbito nacional, que propõe o patamar mínimo de 2% do Orçamento nacional para o Ministério da Cultura, 1,5% do orçamento dos Estados e do Distrito Federal e 1% para os municípios.

Trata-se de uma luta, deputado Júnior, que preside temporariamente esta sessão, que vem de longas datas. Desde que comecei minha militância no âmbito cultural do movimento estudantil universitário, já se falava da luta pelos 2% para a Cultura. Na verdade, ela já vem da década de 70 e, agora, ganhou novo corpo depois que uma boa quantidade de deputados e deputadas, destacadamente os deputados pelo PCdoB Alice Portugal, Daniel Almeida e também, com muito destaque, o deputado pelo PT Zezéu Ribeiro, além de outros tantos do PSB, do PDT – tenho a impressão de que também do Democratas e do PMDB -, em Brasília, subscreveram a emenda constitucional que está tramitando na Câmara dos Deputados.

A emenda, como já disse, prevê essa distribuição com patamares mínimos para os Orçamentos federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios para a área da Cultura. Com isso, deputados, o que queremos é conquistar, em favor da cultura e das

artes, no País, aquilo que já é garantido, como filosofia, na redistribuição dos recursos dos orçamentos com relação à Educação e à Saúde, duas áreas muito sensíveis, porque, evidentemente, nossas precariedades são enormes, tanto na Bahia como nos demais estados do Brasil.

Para que não tenhamos surpresas desagradáveis, precisamos ir garantindo, durante certo tempo, provavelmente durante um bom tempo, esse mínimo estabelecido na Constituição para que não haja risco de algum governo cometer a veleidade de aplicar menos do que é estabelecido pela Constituição do Brasil, que põe gasto mínimo com a Educação de 18%, para os estados, 25% para os municípios, e 15% para a Saúde.

Acho, deputado Azi, que é o momento de batalharmos também por essa garantia para a Cultura, que, com o Esporte, deputado Júnior Magalhães, disputam a condição de pior orçamento em todas as administrações. Isso faz que uma série de consequências negativas se deem nessas duas áreas, que são tão requeridas, requisitadas, demandadas pelos povos brasileiro e baiano com relação às suas administrações.

No que tange à Cultura, o caso é mais grave ainda, porque ela é um patrimônio inquestionável de toda sociedade e identidade de uma nação. No nosso caso, a Cultura, como grande patrimônio da Nação brasileira, como é também, evidentemente, de outros países e no caso da Bahia ganha uma relevância extraordinária na medida em que a Bahia é a matriz da civilização e da cultura brasileira, é uma das grandes matrizes, certamente a primeira, historicamente falando. Tem uma grande importância no presente, seja no terreno das artes ou no da literatura, da música, do teatro, do conhecimento mais amplo.

A Bahia tem um lugar, evidentemente, de grande relevância no cenário do simbólico para a sociedade brasileira. Na Bahia, podemos, como em qualquer outro lugar, aprovar, independente do andamento em Brasília, a emenda constitucional, que estabelece esse 1,5% para o orçamento da Secretaria da Cultura. Faz parte dessa luta essa medida, esforço que o governo Lula tem implementado, o esforço que o governo Wagner tem implementado graças à ação da equipe da Secretaria da Cultura, encabeçada, coordenada pelo companheiro Márcio Meirelles, de maneira que possamos ter a curto e a médio prazos a criação do sistema nacional de cultura e do sistema estadual de cultura, que prevê o aumento de gastos nesta área específica da administração.

Deputado Waldenor, V.Ex^a que é um homem do meio universitário, que é do meio cultural conhece a importância estratégica da elevação dos investimentos no terreno da cultura especificamente. Ao lado do aumento desses recursos, como vem acontecendo no governo Wagner, devemos ter também a criação das secretarias municipais de cultura ou órgãos de importância na estrutura das administrações municipais, tirando a cultura daquela condição de última estrutura em importância da administração municipal, daquela condição de departamento ou coordenação de uma secretaria que, muitas vezes, é Secretaria da Educação e Cultura ou Secretaria de Turismo, Esportes, Lazer e Cultura, mas nunca ou quase

nunca uma Secretaria de Cultura que pense globalmente a cultura envolvendo também a própria educação, interagindo com a educação de maneira que tanto a juventude, a infância baiana possam ter através da educação e de outras formas de manifestações da criatividade conhecimento baianos e de outras tantas realidades sociais e culturais. Temos o evoluir do conhecimento e da boa formação para a juventude.

Então, a criação de uma estrutura administrativa à altura da importância da cultura, a criação dos fundos municipais de cultura para que possa haver repasse direto, inclusive dos fundos estadual e federal diretamente para os municípios, e a criação e instalação, deputada Marizete, dos Conselhos Municipais de Cultura para que possamos ter os sistemas baiano e nacional de cultura.

Evidentemente, essas medidas são político-administrativa, de caráter mais imediato, que se articulam e se combinam com os grandes programas que o governo federal tem garantido através do Ministério da Cultura, Minc, e o governo Wagner tem garantido através da Secretaria da Cultura, Secult, dirigida por Márcio Meirelles, Carlos Paiva, Ângela Andrade e por tantos outros companheiros e companheiras que têm sido abnegados militantes em favor da causa da cultura como um valor e um patrimônio que não podem ficar a mercê exclusivamente dos interesses das empresas do mercado, mas tem que ser garantida como um direito fundamental, assim como nós que lutamos historicamente e vamos continuar lutando e nos comprometendo com a Saúde Pública e com a Educação Pública de qualidade em todos os níveis.

Então, amanhã, deputado Junior, convidado V.Ex^a, deputado Waldenor, teremos aqui a presença de malabáris do Circo Picolono, de estudantes da rede pública, que fazem artes em suas escolas, dos representantes dos sindicatos dos artistas e músicos e de vários grupos de capoeira entre as 15 e 17h30m teremos a presença da arte e da cultura com força no âmbito da Assembleia Legislativa. Espero que V.Ex^{as} possam participar da manifestação, a qual sairá do Plenário para o saguão. E conversaremos com esses que serão os grandes representantes da arte e da cultura da Bahia aqui, amanhã, no cenário do Poder Legislativo.

Amanhã, o palco será a Assembleia Legislativa. O cenário será a Assembleia Legislativa. E a grande peça, a grande obra de arte, a grande obra de cultura será a integração entre a vontade desses agentes culturais e certamente a vontade, a decisão desses companheiros e companheiras que integram o Plenário desta Casa, que é a Casa de maior representação política da sociedade baiana.

Muito obrigado, deputado Júnior Magalhães, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMN/PP/PRTB para falar ou indicar o orador por 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:-Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, Líder da Maioria nesta Casa.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr^{as} Deputadas, o jornal *A Tarde* na edição de hoje, 17/08/09, publica uma matéria a respeito de repasses relativos ao Fundeb que foi alvo de manifestação do deputado Heraldo Rocha nesta sessão.

Com base nessa reportagem, o Líder da Minoria reclamou o repasse de 72 milhões de reais do Fundeb, repassados ao Fundo de Combate à Pobreza, relativos aos anos de 2007 e 2008. Segundo ele, também com base na matéria, tratou-se de um repasse indevido, ilegal e por isso estaria representando contra o Estado da Bahia no Ministério Público pedindo providências para a devida adequação desses recursos.

Eu quero - infelizmente o Líder da Minoria não se encontra presente neste momento, mas pode ser que esteja me acompanhando pela TV - informar que a ação cautelar n 268/2004, decidida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal, foi impetrada pelo governo Paulo Souto em 2004. Foi o governador Paulo Souto que a impetrou no STF. Ela teve como relator o eminente ministro Marco Aurélio, que por unanimidade concedeu ao Estado da Bahia o direito de repassar um adicional de 2% do ICMS aplicado sobre produtos e serviços supérfluos.

Portanto, o § 1º do art. 82 prevê que para o financiamento de fundos estaduais e distritais poderá ser criado um adicional de até 2% na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ou do imposto que vier a substituí-lo sobre produtos e serviços supérfluos. Não se aplicando sobre esse adicional o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição, que trata das vinculações.

Portanto, nos causa estranheza - por que não dizer estarrecimento? - o comportamento do Líder da Minoria, que, fundamentado numa matéria jornalística equivocada, sem base legal e, na nossa opinião, repercutida por interesses do presidente da UPB, a personalidade principal destacada na reportagem... Ele chama para si, como presidente da entidade, repito, o interesse de destacar essa reportagem justificando o não repasse desses recursos para os municípios da Bahia, querendo destacar que o governo Jaques Wagner estaria penalizando-os ao não repassar o dinheiro oriundo do Fundeb, que foi repassado para o Fundo de Combate à Pobreza.

Na condição de Líder do governo nesta Casa, eu quero, de forma ponderada, cautelosa, porém mais uma vez embasado em todos os preceitos constitucionais, informar que o § 1º do art. 82 da Constituição permite que sobre os 2% do percentual da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadoria que incida sobre produtos ou serviços supérfluos não se aplica este adicional reclamado pelo Líder da Minoria e pelo presidente da UPB.

Trata-se de uma matéria legal, embasada em uma ação cautelar requerida pelo governo Paulo Souto, em 2004, que foi votada por unanimidade pelos membros do Superior Tribunal Federal, dando ao governo da Bahia o direito de utilizar-se desses 2% incididos sobre produtos ou serviços supérfluos, para se destinarem ao Fundo de Combate à Pobreza.

Permito-me respeitosamente destacar que mais uma vez a Liderança da Minoria e parlamentares da Oposição basearam-se em uma matéria jornalística equivocada para trazer a esta Casa uma denúncia, ameaçando até, sem nenhuma

procedência legal, fazer representação no Ministério Público do Estado. Até porque a documentação já foi apresentada e na próxima quarta-feira haverá uma reunião, inclusive com a presença da própria UPB, para os devidos esclarecimentos. Na oportunidade, a Secretaria da Fazenda apresentará essa ação cautelar, que dá todo o embasamento jurídico, legal para que o governo da Bahia assim proceda, transferindo corretamente esses recursos para o Fundo de Combate à Pobreza.

No tempo que me resta, Sr. Presidente, eu queria apresentar a minha moção de apoio a Carinhanha, talvez o principal município do Médio São Francisco, com uma história extraordinária, que no último dia 16 completou 100 anos de emancipação política.

A cidade de Carinhanha hoje é administrada pela nossa companheira Chica do PT. Prefeita reeleita, essa valorosa companheira, com sua luta, sua coragem, seu destemor, vem realizando uma administração excelente, mudando radicalmente a face daquele município. Entre as suas realizações, vemos a universalização dos Ensinos Fundamental e Médio e a implantação da Universidade Aberta do Brasil, em parceria com a Universidade de Brasília, formando professores em nível superior em diversas habilitações.

Ela também tem conquistado avanços na área da infraestrutura. Recentemente, quando da visita do governador Jaques Wagner, tivemos a oportunidade de participar da inauguração de três praças devidamente recuperadas e pavimentadas. O município também vem recebendo recursos federais, com os quais está fazendo o seu sistema de esgotamento sanitário, a construção do cais e uma série de melhorias nas agrovilas, como abastecimento de água, entre outras realizações.

Está de parabéns o povo de Carinhanha, as suas autoridades, os seus vereadores e, especialmente, a nossa companheira prefeita Chica do PT que está tendo o privilégio de comemorar o centenário de emancipação política na condição de prefeita daquele município. Portanto, eu que sou um parlamentar com atuação naquela região, naquele município, quero também render as minhas homenagens e congratulações, e o fiz também encaminhando à Secretaria desta Casa moção de congratulação pelos 100 anos de emancipação política do município de Carinhanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Pois não.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, tendo em vista que não há orador inscrito, queria solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum

para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- V.Exª será atendido.

Não havendo número legal, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*